



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: OS IMPACTOS DO CURRÍCULO DO
ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO DE 2021 NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS COMO
CAPITAL HUMANO.**

Trabalho de conclusão de curso apresentada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia Orientador: Prof. Dr. Raphael Valério Guazzelli

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Fragoso, Danilo César de Oliveira .

Relações Entre Trabalho e Educação: Os Impactos do Currículo do Ensino Médio de Pernambuco de 2021 na Formação dos Sujeitos Como Capital Humano. / Danilo César de Oliveira Fragoso. - Recife, 2024.

30 p.

Orientador(a): Raphael Guazzelli Valerio

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2024.

10.

1. Subjetivação. 2. Trabalho Imaterial. 3. Precarização. 4. Racionalidade Neoliberal. 5. Capital Humano. I. Valerio, Raphael Guazzelli. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

1. INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa busca através da análise do currículo ensino médio das escolas públicas de Pernambuco de 2021 compreender como certas transformações no mundo do trabalho vão influenciar as dinâmicas escolares e a formação dos sujeitos da aprendizagem. Também se almeja compreender quais setores e segmentos sociais exercem influência e impõe as suas visões sobre qual deve ser o papel da educação na formação do corpo social.

A análise realizada a partir do currículo nos permite investigar quais os elementos e conceitos estão norteando as práticas de formação dos estudantes, e quais objetivos são almejados neste processo educativo. Também buscamos estabelecer como o campo do trabalho e as demandas relativas a este, como a profissionalização e o preparo de mão de obra para ocupar os postos necessários para o funcionamento social, acabam por ocupar uma posição privilegiada na formação educativa, de modo que a noção de empreendedorismo se mostra como resposta ou caminho para resolver a questão sobre a profissionalização da juventude.

Ao realizar tal investigação sobre o currículo, nos embasamos na compreensão de Laval e Dardot (2016) sobre a influência neoliberal na gestão da educação, mais especificamente na formação de um sujeito neoliberal voltado às práticas de mercado.

Utilizamos como subsídio investigativo para esta pesquisa a compreensão de Negri & Hardt (2004) e Lazzarato (2001) sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho no que esses autores definem como período pós-fordista de produção. Conforme essa interpretação, houve duas alterações na produção que influenciaram a formação da classe trabalhadora contemporânea, são elas: a precarização e a hegemonia do trabalho imaterial.

Para complementar nossas análises sobre a realidade local, utilizamos de Catini (2020) e Abreu e Valério (2023) que buscaram compreender a influência das demandas empresariais no ensino médio por meio da proposta da reforma do novo ensino médio de 2020. Neste sentido, o eixo estruturante do empreendedorismo no itinerário formativo presente nas escolas de tempo integral de Pernambuco nos permite certa profundidade de compreensão para ver quais as intencionalidades e segmentos buscam construir o currículo como espaço privilegiado da formação estudantil.

A tese do capital humano de Theodore Schultz (2023) se mostra outro ponto norteador deste debate. O economista defendeu que a noção de capital humano recebe grande recepção e

influência na educação, sendo todas as habilidades e capacidades da vida humana ativos econômicos.

As categorias de capital humano e trabalho imaterial são duas formas de analisar o mesmo fenômeno, o qual envolve o uso das competências na profissionalização. Ao articular essas duas percepções antagônicas de como o capitalismo utiliza tal modalidade de trabalho, essa proposta analítica busca ampliar as possibilidades interpretativas sobre o uso do trabalho imaterial na atualidade.

Em nosso marco teórico utilizaremos as categorias: capital humano, subjetivação, precarização e racionalidade neoliberal como marcos de análise e discussão para basear a interpretação do documento do Currículo do ensino médio de Pernambuco de 2021, nesta investigação buscamos compreender como esse documento trata a formação dos sujeitos e organiza o eixos de habilidades e competências que podem ser compreendidas como vertentes do trabalho imaterial na formação da juventude.

Através da categoria de subjetivação buscamos compreender como ocorre a formação do sujeito que o currículo privilegia, e quais objetivos cercam esse tipo de formação. A categoria precarização envolve tanto as condições exteriores ao espaço escolar como reformas e transformações no mundo do trabalho que visam produzir um trabalhador flexível, com direitos vagos e sem proteção social, esse conjunto de transformações nos permite compreender qual é a noção de empregabilidade que a formação profissional almeja. Esta noção de profissional ou trabalhador se aproxima da noção do sujeito empreendedor/neoliberal, que se vê como um ativo numa dinâmica estrutural de concorrência generalizada.

A categoria Racionalidade neoliberal envolve a concepção de racionalidade como uma forma de organizar e estruturar a sociedade de modo planejado e envolto em determinados fins, que busca as noções de empresa e concorrência como organizadoras e formadoras dos indivíduos e suas dinâmicas.

2. JUSTIFICATIVA:

O presente trabalho busca aprofundar os estudos e análises sobre as articulações entre os campos da educação e do trabalho como dois espaços que atravessam a vivência de parte

considerável da sociedade. A relação entre esses campos de estudo se mostra profícua e extensa, em que podemos conceber diversas interpretações com abordagens críticas à construção das hierarquias que formam esses campos.

Almejamos também deixar uma contribuição para as análises sobre o currículo e os fatores que permitem a sua formação, numa perspectiva que envolve quais segmentos sociais e atores tem o poder e capacidade de articulação em torno da formação deste elemento, de modo que a análise se dá tanto na interpretação do documento e a conjuntura de sua formação quanto sobre quais grupos buscam a defesa da estrutura do currículo em sua forma e conteúdo.

Ao articular a crítica a uma formação educativa voltada a demandas e anseios dos setores dominantes e descompromissados com a educação como aspecto comum, buscamos pautar a necessidade de estruturar a educação como direito e com garantias de que o corpo estudantil possa se sujeito de direitos e ter um processo formativo autonomo e positivo a todo sociedade.

3. OBJETIVO GERAL:

- Investigar quais as propostas de formação do sujeito empreendedor/neoliberal presentes no Currículo de Pernambuco do ensino médio de 2021.

3.1 Objetivos específicos:

- Analisar através do eixo estruturante empreendedorismo presente no currículo do ensino médio de Pernambuco e quais conteúdos são utilizados em sua proposta formativa.
- Caracterizar quais habilidades e conteúdos são utilizados para a formação do sujeito empreendedor/ neoliberal.
- Examinar quais segmentos sociais e quais suas intencionalidades estão presentes na formação do documento curricular.

4. MARCO TEÓRICO:

4.1 As relações entre educação e trabalho.

Este primeiro eixo busca dar base para compreensão do início da relação entre a escola moderna e sua relação com o trabalho industrial e seus desdobramentos para o capital financeiro e humano. Deste modo, a estrutura e objetivos do aparelho escolar estão atrelados às dinâmicas do mundo do trabalho.

4.1.1 O surgimento da educação escolar no contexto do trabalho industrial.

Dentro do campo de estudos sobre educação e trabalho é possível encontrar uma profícua produção que problematiza tal temática em autores como Saviani (2007), Frigotto (2015), Manacorda (2011). Estes autores que se utilizam tanto de perspectivas historiográficas como filosóficas procuram compreender como se dá a relação entre estes dois campos vastos e como são analisados e debatidos.

Se retornarmos para o séc. XIX no seio da industrialização europeia e suas graves contradições entre progresso científico e acúmulo de riquezas, contrastado com o aumento da pobreza, a marginalização e a exploração de força de trabalho, temos pensadores ligados ao campo socialista que já compreendiam o processo de educar para o trabalho como subordinado às relações de poder do capital.

As problematizações e categorizações que pretendemos fazer acabam por ganhar certa renovação e adaptação, permitindo compreender quais as transformações e novas dinâmicas que a sociedade passa. Deste modo, enfocando a modernidade ocidental, na qual as transformações políticas e econômicas advindas da revolução industrial junto da ascensão da burguesia vão promover uma relação entre educação escolar e trabalho fabril que vão marcar os estudos sobre como a educação e o trabalho são estruturantes na vida coletiva.

Entre os autores citados, Savianni apresenta maiores referenciais nos estudos que servem como base para outros pesquisadores desta área. Sua compreensão sobre a relação trabalho educação na modernidade nos ajuda como base de análise, em que a educação será fortemente impactada nesta nova conjuntura:

Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação. (Saviani, 2007, p.08)

Compreendendo a educação como parte das relações de produção e reprodução do social, Savianni nos aproxima de uma análise marxista, na qual a dominação de classe capitalista usa do Estado e sua capacidade infraestrutural para prover a educação como modo de formar o sujeito para o trabalho fabril - relação esta que se mostra como base na dupla educar para trabalhar. Além disso, Savianni ressalta que este projeto de escola permite aos indivíduos adquirirem formas de socialização para as dinâmicas urbanas modernas, em que para se adquirir o status de cidadão é preciso “ um acervo mínimo de conhecimentos sistêmicos” para “participar ativamente da sociedade”. (2007, p.09)

É importante esclarecer o nosso entendimento da relação entre modelo econômico e sua capacidade de estruturação do corpo social, a partir da compreensão que o elemento econômico não é o único fator ou é superestrutural numa relação de poder e dominação, levando nosso olhar para elementos ideológicos ou dos valores e compreensões de mundo dos grupos dominantes. A partir desse olhar, a escola também é um dispositivo ou espaço de construção que molda um tipo de sujeito, em que a legitimação de um consenso sobre tal dominação se dá pela formação e convencimento da maioria sobre os interesses dos grupos dominantes.

No surgimento da escola moderna a necessidade de que a população estivesse de acordo com o funcionamento dessa sociedade obriga os Estados-nações a investir em um aparato educativo que promova a integração entre população e normas sociais. Assim neste modelo de sociedade capitalista moderna observamos o que é denominado de educação dualista, na qual os grupos dominantes com sua educação intelectual voltada para a formação de um sujeito que participa da vida política e da esfera da gestão, enquanto que os trabalhadores devem se contentar com um básico como revelado a seguir:

Nesse sentido, Enguita [...] já aponta para um consenso estabelecido para a escola de massas: “educá-los, mas não demasiadamente. O bastante para que aprendessem a respeitar a ordem social, mas não tanto que pudessem questioná-la” (Correa Filho, Paixão; 2023, p.08)

Essa dupla educação é um reflexo da estruturação das classes sociais no capitalismo moderno, em que os despossuídos de bens e terras devem vender sua força de trabalho em prol da subsistência mais básica, para executar essa função de produzir a tão pouco não se estrutura uma formação elaborada ou crítica, apenas o necessário para se manter as hierarquias e posições sociais.

4.1.2 Transformações ligadas ao capital financeiro e capital cognitivo.

Outro marco desta relação educação-trabalho importante é o seu recorte histórico contemporâneo. No momento em que o capital usa de noções e necessidades atreladas a mercado financeiro (Correa Filho & Paixão; 2023, p.09) voltadas à instituições monetárias e aos bancos e suas atividades como instâncias de poder. Nesse contexto, instituições multilaterais internacionais como o Fundo monetário internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) usam de sua influência e capacidade de intervenção para orientar políticas econômicas em todo o mundo, mas principalmente em países em desenvolvimento, (Correa Filho, Paixão; 2023, p.09). Essas transformações nos esclarece tal relação e seus objetivos no contexto educativo:

No âmbito da educação, as instituições financeiras passaram a orientar as políticas escolares, as quais resultaram em uma crise de aprendizagem e do trabalho docente, principalmente, nos países periféricos

Esse conjunto de instituições financeiras anteriormente citadas buscam a partir do período posterior à 2ª guerra mundial promover um conjunto de políticas econômicas relacionadas a flexibilização de normas trabalhistas e integração de mercados através da sua abertura aos produtos industrializados da Europa e Estados Unidos, também buscam influenciar seu sistemas educacionais que devem se reestruturar para se adequar aos indicadores e modelos avaliativos propostos por essas instituições.

Neste panorama de influência da economia financeira na educação, a tese do capital humano de Theodore Schultz serve como um sinal de como as classes dirigentes utilizam as vertentes do trabalho imaterial, representado nas habilidades e competências, que se tornam fonte de exploração e de valorização de serviços e produtos, este modo de pensar e organizar a educação, serve de paradigma para reformar os sistemas de ensino e aprendizagem em consonância com a produtividade que o capital necessita, junto de uma mão de obra minimamente qualificada mas sem gerar custos demasiados ao empresariado.

Assim a concepção de Schultz (Abreu e Valério, 2023;Frigotto, 2015) acaba por ser bastante utilizada como base para organização de currículos e processos educativos para formar uma população apta a preencher essas novas demandas e anseios.

Esse processo de formação e assujeitamento vai além de uma economia de bens de consumo, pois busca se consolidar numa economia de saberes. Para Abreu e Valério (2023, p.08), a teoria do

capital humano busca instrumentalizar a educação em prol de potencializar habilidades com objetivo de gerar ativos em grandes proporções para o campo econômico. Mais uma vez acaba reforçando a subordinação da educação ao capital, de modo que: “deu-nos uma escola subserviente às regras econômicas, restritiva quanto às potencialidades da educação e direcionada... à produção de uma subjetividade adaptada às rápidas transformações... no mundo do trabalho”. (2023, p.08)

O foco e direcionamento nas habilidades e competências não busca ampliar a autonomia do sujeito, mas resolver os problemas econômicos por uma via que trata essa questão numa escala individual e acaba por desconsiderar sua dimensão macro-estrutural, colocando na aquisição de conteúdos a possibilidade de superação e estabilidade.

Em Frigotto (2015, p.11) também temos concordância com a tese citada acima, partindo da compreensão que se “investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos.” demonstra o interesse na área do capital humano como fonte de riqueza e agregador de valores no sistema econômico.

Nesse entrelaçamento entre políticas econômicas e um projeto educacional submetido a estas, observamos uma nova fase da relação educação-trabalho, que agora não está mais atrelada a um trabalhador industrial, mas ao projeto neoliberal.

O sujeito que é construído nesse meio educativo agora tem outros valores e sentidos para sua formação. São a competitividade e o empreendedorismo que vão mediar seu processo de construção de subjetividades, não mais a noção de trabalho como um direito atrelado a condições de seguridade social. Neste momento se tira o peso do Estado como instância mediadora da vida pública e suas responsabilidades com a sociedade, o indivíduo deve carregar o peso destas, sem a possibilidade de que seus direitos sejam vistos como coletivos e inerentes a toda população.

4.2 Pós fordismo: as transformações nas relações do trabalho.

Buscamos aprofundar nossa análise num conjunto de transformações que gira em torno de dois eixos principais: a precarização das condições trabalhistas junto da ausência do Estado de proteção social e o segundo está ligado à ascensão do trabalhador cognitivo como ponta da relação de produção e exploração no capitalismo. Esses dois eixos se entrelaçam e são as bases para compreender o espaço educativo escolar como privilegiado na produção de conhecimento, e sua posterior mercantilização.

4.2.1 A precarização das condições de vida.

O período compreendido como fordista vai ter o seu auge a partir do modelo de Estado de bem estar social (*Welfare State*) europeu e norte americano. O pós 2ª guerra mundial é o marcador desta fase de reestruturação da economia ocidental, onde é preciso aliar a necessidade de produção e lucro dos setores capitalistas com os direitos e demandas da classe trabalhadora, num contexto que o projeto da União Soviética também se mostra como vitorioso e confrontador ao modelo capitalista ocidental.

O rearranjo do capital consiste na consolidação das ideias econômicas de Maynard Keynes, o keynesianismo, como modelo econômica que envolve a intervenção estatal para regular mercados e garantir acesso a direitos e garantias sociais a população trabalhadora, consolidando o Estado de bem estar social ou *Welfare State*. A seguridade se apresentou como complemento ao modelo fordista de produção industrial em larga escala, numa dupla política e econômica que permitiu a garantia de direitos junto da produção e consumo de mercadorias almejada pelo capitalismo. Essa articulação apresentou-se como uma proposta social que pudesse fazer frente ao modelo soviético que era ferozmente crítico ao capital ocidental.

Podemos compreender a duração desse período entre a década de 1940 até meados dos anos 70 e 80, onde é possível ver o surgimento da racionalidade neoliberal e a ascensão de políticas ligadas à erosão de direito e garantias sociais.

O modelo fordista que antes era pensado como uma produção em massa de mercadorias, e com um trabalhador especializado em uma função e que se restringia a repetição desta, junto de uma jornada de trabalho fixa. Esse modelo vai dar lugar ao modelo de produção *toyotista*, que vai prezar por uma produção enxuta e que se ajusta rapidamente às demandas de consumo, além do surgimento de multifunção, que obriga o trabalhador a acumular funções mesmo mantendo um só cargo.

Este conjunto de transformações nos ambientes laborais que envolvem a flexibilização dos postos e jornadas de trabalho, visando adequar tanto o trabalhador como a produção às demandas incertas, são um ponto de virada nos direitos, garantias e estabilidade do trabalhador. Tais mudanças operam no sentido de promover uma série de desmontes nas condições laborais, a precariedade torna-se uma condição fundamental para análise das transformações e dinâmicas presentes nas relações trabalhistas. Agora, com o foco nos efeitos sobre as condições de trabalho e

de como o trabalhador é obrigado a se adaptar, como dito, a forma emprego atrelada à lógica empresarial está alinhada à produção *toyotista*. Para Laval e Dardot (2016, pp.189,190) esta política conservadora e neoliberal parece constituir uma resposta política à crise de acumulação do regime fordista de acumulação do capital, na qual governos como de Reagan e Thatcher questionam as propriedades públicas das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas especialmente em matéria de direitos trabalhistas e a política de pleno emprego.

A precarização está relacionada à diminuição da qualidade e eficiência no contexto das relações de trabalho. Além disso, envolve a dissolução de direitos e regulações que permitem que a atividade laboral seja percebida como proteção social ao trabalhador. Consequentemente, o trabalhador passa a exercer suas atividades sem um contrato que determine tempo e condições de sua jornada de trabalho, equipamentos e local de trabalho. Esses elementos citados têm seus custos reduzidos em prol da maior acumulação de lucro pelo patronato, um trabalhador exposto a tal modelo de trabalho se vê obrigado a conviver com a incerteza e falta de perspectiva diante de sua condição econômica.

4.2.2 Trabalho imaterial, capital humano e o saber como mercadoria.

Com as transformações do trabalho, junto a possibilidade de explorar outras habilidades da vida humana além da mercadoria física, temos a ascensão de um conjunto de formas do trabalho como: o trabalho cognitivo, linguístico/comunicativo, afetivo que representam modalidades ligadas ao trabalho imaterial. Esta vertente do trabalho envolve a produção de serviços, relações sociais, habilidades ou saberes que não produzem uma mercadoria física diretamente, o funcionamento desse tipo de trabalho engloba ampla cooperação e comunicação de seus participantes durante o seu processo produtivo, onde as habilidades cognitivas e a comunicação se tornam meio e fim. Para Negri & Hardt (2004) a estruturação do trabalho esse grupo de habilidades são mediadoras das relações entre os participantes da produção e se tornam pré-requisitos para a produtividade, ganhando um status de necessidade nesse modelo de arranjo produtivo.

Nesse momento o capital utiliza dessas habilidades para que seu corpo de trabalhadores seja mais produtivo, empenhando multifunções e seus serviços e mercadorias tenham maior valor agregado; como aponta Negri (2017, p. 257):

Como se faz para lutar contra o fato de que o capital hoje retira, extrai sua valorização de toda sociedade, das relações sociais, da vida, da educação, da saúde, de qualquer lugar que exista trabalho social (inclusive o trabalho das fábricas).

Essa modalidade de trabalho ganha mais força, assim se faz necessário que haja preparo e capacitação para que o trabalhador use essas habilidades num contexto produtivo subordinado ao capital. Deste modo, não só a mercadoria física é fonte do lucro, mas qualquer setor ou espaço da vida coletiva. Num modo de produção que cada vez mais se utiliza do saber e das habilidades humanas, essa modalidade de trabalho se mostra mediadora e formadora do corpo social, com impactos em suas atividades e relações coletivas, gerando uma economia de conhecimento, no sentido de que setores e agentes ligados à produção econômica se encontram em constante formação e aquisição de conhecimentos para realizar as suas tarefas laborais, na busca por um elevado nível de especialização para o funcionamento em conjunto das operações do trabalho.

Tanto na visão de autores que são favoráveis a um modelo de extração informacional e que acreditam nessa nova modalidade de produção como superação das desigualdades estruturais pelo esforço e formação do indivíduo, como de autores críticos a esse uso do saber na dinâmica de exploração do capital intelectual, onde ambos reconhecem essa nova esfera da produção econômica ligada saber.

Numa percepção crítica a esse processo de acúmulo e uso do ser humano como capital, Lazzarato (2001, p.28) compreende que mesmo os trabalhadores mais afastados do trabalho informacional e comunicativo se veem obrigados a aderir tais dinâmicas, os trabalhos manuais e imediatos acabam por receber a influência das vertentes do trabalho imaterial onde :

Nessa transformação não é nem o trabalho imediato, executado pelo próprio homem, nem é o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua produtividade geral, a sua compreensão da natureza e o domínio sobre esta através da sua existência enquanto corpo social... é o desenvolvimento do indivíduo social que se apresenta como o grande pilar de sustentação da produção e da riqueza.

O trabalho na forma de emprego assalariado já não representa o ponto mais lucrativo nesta dinâmica de acumulação, pois o trabalho está espalhado por todo tempo de vida do trabalhador. As dinâmicas de produção ligadas ao trabalho cognitivo se mostram como capazes de agregar valor e organizar o trabalho cooperativo nesta estrutura produtiva.

Ao constatar a posição privilegiada das modalidades de trabalho cognitivo, observamos que o saber passa a ter a função de agregar nas operações capitalistas. Desse modo, passa-se a alterar as hierarquias e modo de funcionamento da empresa e sua lógica, atentando para quais recursos são valorizados para seu lucro. É neste sentido que Schultz (Abreu e Valério, 2023) vai teorizar que o indivíduo deve investir em suas habilidades e competências, a fim de se valorizar-se mais nessa nova perspectiva econômica, o conjunto de práticas ligadas a Teoria do Capital humano se ancora nesse contexto de uma produtividade voltada para as habilidades do sujeito, ao transformar o ser humano em ativo econômico no interior do processo produtivo, temos uma reorganização do que se pensa como educação da classe trabalhadora para incorporar os anseios pela utilização desta modalidade de trabalho como fonte de lucro e se almeja ter condições de formar esses trabalhadores para produzirem nessas condições.

Este indivíduo desde suas primeiras experiências deve incorporar tal mote para sua vida em sociedade. Esse objetivo pode ser compreendido como um processo de formação de um sujeito que tome essas características e visão de mundo como suas. Através dessa perspectiva de Schultz e sua forte aceitação nos ciclos econômicos e educativos, podemos constatar que para setores econômicos a produção de capital humano se torna mais atrativo para eles, onde o espaço escolar é visto como tal ferramenta para uma formação do sujeito que invista em si.

4.3 O Currículo como dispositivo de formação da juventude.

Nossa discussão se baseia principalmente no debate proposto por Laval e Dardot (2016) em seu livro: *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Nesse estudo buscamos nos apropriar da compreensão de que o neoliberalismo opera como uma racionalidade. Assim, encontramos subsídios para nossa interpretação sobre as transformações impostas pelo setor empresarial como principais promotores da racionalidade neoliberal na sociedade. Para os autores franceses podemos entender que o neoliberalismo propõe e acaba por se afastar do liberalismo clássico em sua proposta de organização social e como concebe o indivíduo voltado ao mercado e a economia de concorrência.

Laval e Dardot observam que no neoliberalismo ocorre o uso do Estado como ferramenta e espaço para promover suas políticas e visão de mundo, ou seja, a escola pública é um alvo e deve tratar temas e visões caras para esse campo ideológico, assim o espaço público e das instituições

de Estado que visam garantir direitos da sociedade são alvos desse investimento por parte da iniciativa privada que usa de tal aparelho em busca de consolidar sua visão de mundo.

Outro ponto relevante nessa dinâmica neoliberal, e mais impactante para a realidade escolar é que para os neoliberais deve se formar sujeitos e não apenas um mercado financeiro, é preciso que quem esteja integrando o mercado, seus agentes econômicos se reconheçam como parte e busquem as metas da empresa, em resumo a busca por forma um sujeito neoliberal é a grande inovação que vai permitir como colocam os autores franceses, essa grande expansão do neoliberalismo e sua aceitação como racionalidade que organiza a sociedade.

O neoliberalismo forma todo um corpo social atrelado à lógica de mercado e não apenas promove as condições econômicas que permitam sua noção de mercado liberal e desregulamentado, formar um sujeito que se identifique com esta realidade e a aceite é fundamental para o sucesso do neoliberalismo.

O funcionamento desse conjunto de dispositivos que operam sob a intencionalidade de apagar a noção de cidadania ou de coletividade em busca de formar um sujeito empreendedor, temos que já não se torna mais interessante acabar com o setor público educacional, pelo contrário, sua utilização com a organização e gestão pela lógica empresarial, demonstrando maior sofisticação.

O processo de formação que dialoga com a teoria do capital humano, onde a aquisição de novos conhecimentos e habilidades que este indivíduo se torna atrativo e concorrencial para o mercado, a noção de subjetivação¹ de Félix Guattari (1981,pp.201-203) nos permite analisar tal processo de captura da lógica do capital sobre a educação.

No pensamento de Guattari, o capital em sua fase pós industrial torna em mercadoria as subjetividades, as artes, a cultura, a educação e serviços ligados à formação dos sujeitos, como setores da administração e logística de recursos e de pessoas, que passam por um processo de mercantilização. Todos esses setores e seus serviços, junto das habilidades e competências exigidos para seu funcionamento se tornam mercadoria para o lucro e um novo terreno para investimento e incremento econômico.

¹ Na perspectiva de Guattari, o processo de formação de subjetividades, não se dá apenas internamente às mentes humanas, mas ocorre num contexto social. A formação de elementos subjetivos está atrelado ao contexto sócio-histórico e culturais, onde o assujeitamento como forma de produzir um sujeito é mediado por instâncias coletivas, o indivíduo passa por vários espaços, instituições e grupos que o permitem se identificar com os significados e práticas que constituem essas instâncias. Para Lazzarato, algumas formas de subjetividade que emergem nas dinâmicas do capital são a do empreendedor e do consumidor.

Neste panorama em que se localiza o trabalho imaterial, Guattari (1981,pp.201-203) vai compreender como determinados espaços e sistemas que estão espalhados pela sociedade, possuem um papel descentralizado na formação do corpo social. Nesse contexto a escola é um destes espaços, ganhando notoriedade neste novo arranjo que caracteriza a produção e reprodução do social, de modo que em vez da possibilidade de permitir a formação de múltiplos sujeitos com diversas singularidades em uma perspectiva plural, se objetiva dentro da dinâmica educativa escolar a formação de um determinado tipo de sujeito que se vincule e identifique com a lógica neoliberal.

Muitas dessas singularidades divergentes se apresentam como resistências que na lógica hegemônica são tidas como não produtivas ou funcionais. Este modelo de produção de subjetividades, que é explorada pelo filósofo francês, aponta para este tipo de formação como matéria prima deste modo de produção na contemporaneidade. Outra diferença que Guattari concebe esse processo de formação e produção de subjetividades é através da modulação de subjetividades, onde não se busca o sujeito disciplinar dos séculos XIX e XX, que se vê no corpo dócil, mas um sujeito que têm a vontade de se inteirar nas dinâmicas produtivas e se identifica com tal processo, a modulação busca a formação nas diversas instâncias da vida do sujeito, buscando formar um núcleo comum a todos sujeitos que passam por esse processo que é adaptável, ajustável às diversas situações da vida.

O pensamento de Guattari serve como base dessa compreensão de um capitalismo que captura a produção subjetiva e que posteriormente influenciam os autores antes citados, como explica Camargo (2010, p.04):

Um dos objetivos de Guattari era mostrar que a produção de subjetividade havia se tornado mais importante do que qualquer outro tipo de produção, fazendo-se, necessário, entender como a produção de subjetividade funcionava e se reproduzia em todas as esferas da vida social.

Este tipo de processo de formação ou subjetivação se apresenta vinculado aos interesses do neoliberalismo, que opera como uma racionalidade, sendo importante colocar que a noção de racionalidade neoliberal é compreendida como uma forma de pensar, gerir e organizar a sociedade e os sujeitos pela ótica do neoliberalismo, que pensa a forma empresa como modelo a ser seguido pela sociedade em todas suas dimensões. Neste modo de operacionalização de recursos e atores sociais, o Estado se isenta de suas responsabilidades sociais, e o indivíduo se compreende como

responsável por todas suas necessidades e demandas, este sujeito se auto responsabiliza e deve arcar de modo individual e seguir uma lógica de competição com bases meritocráticas.

Essa manutenção da estrutura pública vem ancorada na noção de exercício de um poder e controle sobre a vida do corpo social, um exercício biopolítico, no sentido de criar práticas de assujeitamento e manutenção desses viventes que são perpassados por tais dispositivos e instituições. Este tipo de controle que o Estado tem sobre a população é umas das formas de manutenção do capital que se apropria das capacidades e potencialidades da vida coletiva promovendo não só a gestão das atividades econômicas, mas da própria produção como um todo da vida em suas várias instâncias, Foucault (1988 p, 128) sintetiza esse poderio como:

Apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto.

Para melhor aprofundamento no funcionamento e práticas permeadas pelos dispositivos de poder que promovem tal assujeitamento ao vivente, por meio da educação, nós utilizamos da compreensão de dispositivo foucaultiano que Abreu e Valério (2023, p.22) trabalham em sua análise sobre o programa projeto de vida para rede estadual pública de Pernambuco. Tal uso de um dispositivo na grade curricular tem em vista o condicionamento do sujeito para que ele se familiarizar com o risco, onde:

Busca-se, por meio da ênfase nos dispositivos da racionalidade neoliberal, constituir o aluno empresário de si por meio dos valores empresariais. É necessário inculcar nele, durante essa parte importante da formação, a familiaridade com o risco, com a insegurança, a incerteza dialogando com a flexibilidade e preparando-o com a lógica da precarização do mundo do trabalho neoliberal.

Desta maneira, através do uso do espaço escolar, ocorre uma disputa pela formação dos estudantes, onde a produção de conhecimento neste espaço, se torna tanto fonte de lucro como um projeto de formação para um tipo de mão de obra e de sujeito, como ponta de lança para a construção de um tipo de sociedade.

Ao fazer um recorte para a realidade do ensino médio em Pernambuco, através de Valério e Abreu (p.11 e 12) buscamos uma base de como foi a implementação de elementos ligados a racionalidade neoliberal para a realidade local, onde o setor empresarial desde o início da década de 2000 já imbui os currículos e funcionamento da gestão da escola pública com tecnologias e práticas do mundo empresarial como o ciclo PDCA (do inglês: PLAN; DO; CHECK; ACT) e as tecnologias empresariais: TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht) dando origem à Tecnologia Empresarial Socioeducativa, também são mencionados na elaboração e desenvolvimento dessas parcerias o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) que almejam uma maior integração entre setor público e privado.

O recorte sobre o ensino médio em tempo integral em Pernambuco nos embasa para uma análise sobre sua estrutura e formatação como dos conteúdos e direcionamentos que este documento está propondo.

Através de Catini (2020) que se ampara numa compreensão sobre a influência neoliberal e os avanços do setor empresarial no campo educativo, em especial no processo de construção da reforma do novo ensino médio, a formulação e posterior aprovação desse currículo nacional do ensino médio é pautado sobre grande influência de grupos empresariais que buscam impor suas demandas a juventude brasileira. Um elemento importante desta influência para a autora foi a introdução de habilidades voltadas ao sócio emocional, junto da introdução de um léxico como Catini (2020, p.06) elenca: "...como amabilidade, "resiliência emocional" e autogestão." buscam a conformidade desse segmento da juventude com sua situação e principalmente subserviência com tais condições impostas de modo tão precoce.

A reforma do novo ensino médio de 2016 juntamente com a compreensão dos autores citados anteriormente nos permite tanto a análise do contexto político e das disputas em que se inserem essas modificações curriculares como as intenções por parte desses, no caso empresariado de um lado e no outro o movimento estudantil.

5.0 METODOLOGIA:

5.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A pesquisa tem o caráter qualitativo bibliográfico, por tratar de dois campos vastos (a educação e o trabalho) num recorte de seus impactos no currículo e na formação dos sujeitos, se observando as perspectivas subjetivas e um contexto sócio histórico para a criação e manutenção desse conjunto de sentidos e práticas que envolvem a educação no contexto social.

Pela abrangência do tema e a intencionalidade de compreender um fenômeno de cunho social que está historicamente condicionado, de maneira que o objeto de nossa análise passa pelo que Godoy (1995, p.23) compreende como intuito desse tipo de pesquisa, onde a abrangência de temáticas e campo de estudos mais complexos que não poderiam ser reduzidos a uma análise quantitativa, “ Desse modo, a pesquisa qualitativa se apresenta como o recurso investigativo mais apropriado para compreender fenômenos mais complexos presentes nas relações sociais”.

O uso desta modalidade tem a pretensão de responder o problema de pesquisa em torno da revisão bibliográfica que aponta Silva. Oliveira & Silva (2021; p.97): “Tem como intuito identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e realizar as anotações necessárias para consulta posterior”, onde utilizamos de fontes já consolidadas no meio acadêmico sobre a temática e objeto de estudos abordados na pesquisa.

5.2 Procedimento de coleta

Através de um estudo documental referente ao currículo do ensino médio das escolas públicas de ensino médio de tempo integral em Pernambuco, será feita a coleta de dados e informações pertinentes a esse tipo de documento, de maneira, que se utiliza do referencial teórico constituído como material norteador para a análise do documento curricular.

Nos referenciamos da compreensão de Godoy sobre esse tipo de investigação:

O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.
(1995, p.21)

Amparados nesse entendimento, o documento curricular do Ensino médio do Estado de Pernambuco de 2021, parte de nosso material base para nossa investigação através das categorias elaboradas em nosso marco teórico.

5.3 Análise e tratamento

O procedimento de tratamento e análise de dados escolhido foi a análise de conteúdo de Bardin, que para Moraes pode ser definido como:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (1999, p.02)

A análise de conteúdo nos proporciona ferramentas apropriadas para análise de texto e sua posterior interpretação e tratamento dos dados presentes, como da compreensão com maior rigor e amplitude para tecer conexões e significados compartilhados no material pesquisado, ainda usando a estruturação proposta por Moraes (1999), essa ferramenta de análise de dados nos permite maior capacidade de compreensão e extração de dados sobre os significados e qual contexto permeia a criação deste documento, buscando um entendimento do contexto social e de quais atores sociais estão envolvidos na produção do currículo e quais seus objetivos, na análise de conteúdo é possível realizar essa extrapolação do texto base para uma leitura conjuntural e ampliada, como também buscar compreender quais efeitos e como este documento implica nos sujeitos da aprendizagem.

6.0 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em uma leitura inicial se buscou a ocorrência de termos que consideramos relacionados com nossas categorias de análise, como forma de compreender como esse currículo está privilegiando certas noções e conceitos ao longo de sua estrutura, segue a lista de ocorrências: empreendedor/ empreendedorismo cerca de 204 ocorrências, somando-se as palavras cidadão/cidadã/cidadania e seus respectivos plurais temos cerca de 178 ocorrências, protagonista/ protagonismo 72 ocorrências, flexível 4 ocorrências e, por fim, direito com 170 ocorrências

É interessante perceber que as palavras com maior ocorrência e posteriormente se mostram diretamente vinculadas no itinerário formativo como um eixo estruturante é a palavra empreendedorismo que junto da palavra empreendedor acaba por ser mais referenciada do que o conjunto de palavras: cidadão, cidadão e cidadania que deveriam ser os princípios norteadores e formadores para uma educação como forma de igualdade.

A palavra direito que também é um conceito norteador da educação pública tem uma incidência menor que as palavras empreendedor/empreendedorismo, o que também revela quais temas e conceitos terão maior destaque e implementação nas escolas.

O termo protagonismo aparece atrelado ao projeto de vida e as áreas de conhecimento, demonstrando que esse termo se encontra em uma parte mais substancial do currículo e voltado diretamente para a formação da juventude.

6.1 A concepção de currículo apresentada no documento e seu processo de construção.

Na apresentação sobre a estrutura e elaboração deste documento, se observa que a concepção de currículo utilizada se baseia neste como um espaço envolto em disputas e com intencionalidades, situando sua construção em um determinado momento sócio histórico, que é produzido por sujeitos e segmentos sociais que buscam expressar seus interesses e propostas formativas, como relatado no trecho extraído a seguir (2021, p.17): “Pensando dessa forma, entende-se que o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002).”

A partir dessa noção de como a grade curricular passa por interesses e disputas, os autores dessa elaboração se mostram cientes desta posição, ao longo da introdução e apresentação do documento se utiliza termos e noções ligadas à democracia, participação coletiva e se vincula com a formação de jovens ativos e participativos da vida política.

A concepção apresentada neste trecho busca o compromisso de construir práticas coletivas e cidadãs como se ressalta na construção coletiva deste currículo que envolve diversos setores sociais que são discutidas uma série de reuniões, seminários e encontros com profissionais e interessados na área educativa, é relatado que se buscou o diálogo e a escuta para a confecção e finalização deste documento, demonstrando a preocupação com o debate entre os diversos segmentos sociais e parte da sociedade civil interessada na construção deste currículo.

Por refletir um documento orientador da educação pública os elaboradores se mostram cientes de que a categoria de cidadania e sujeito de direitos devem constar e nortear o funcionamento e objetivos de um currículo e que a educação nesse processo é concebida como

direito, onde parte de segmentos sociais e dos profissionais da educação acabam por ter suas visões acatadas nessa parte inicial do currículo.

Vale citar que este primeiro tópico do currículo tem caráter introdutório e busca apresentar o contexto e seu processo sem necessariamente transferir o todo das opiniões e debates presentes nessa parte para a grade curricular e os conteúdos que serão abordados. A parte que pode ser considerada com maior relevância e com maior impacto nas dinâmicas educacionais é a divisão e elaboração dos itinerários formativos e da Formação Geral Básica (e o conteúdo está presentes nesses), como as competências e habilidades trabalhadas, que são influenciadas pelos eixos estruturantes e direcionam as práticas de ensino e aprendizagem nas escolas.

Mesmo com um marco inicial voltado ao diálogo com propostas coletivas e democráticas, encontramos um conjunto de contradições entre sua proposta e forma de apresentação e a proposta formativa que se materializa na grade curricular.

É de se ressaltar que a reforma do ensino médio de 2016 é norteadora deste documento, onde sua elaboração e contexto de aprovação durante o governo Temer através de uma medida provisória, ocorre em um momento que setores populares e ligados a uma educação mais democrática não puderam ser devidamente escutados e participar efetivamente com suas demandas e concepções educativas, a partir deste entendimento, boa parte da base para a elaboração do currículo do ensino médio em Pernambuco já conta com uma considerável influência de setores empresariais que numa conjuntura pouco voltada a democracia e participação popular na esfera pública geram reformas nos campos educativos e trabalhistas, que de modo direto e indireto impactam na possibilidade de profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Na retrospectiva da conjuntura dessa reforma e constando sua força como uma base e documento reformador de currículos a nível nacional, não se pode conceber plenamente que o currículo do ensino médio foi concebido sobre uma participação cidadã e democrática, já que parte de sua base não pode ser modificada nas esferas locais, assim não sendo possível conceber a construção deste currículo como feita de modo inteiramente coletiva e democrática como é relatado em sua parte inicial.

Justamente esse currículo que entra em vigência ano de 2021 integra uma série de reformas curriculares em todo território nacional que são encabeçadas pelo novo ensino médio que tem como um dos seus marcos fundadores a resolução do problema da mão de obra sem qualificação e

busca através da inserção curricular uma proposta formativa que se vincula com a demanda de representantes do alto empresariado brasileiro em sua necessidade de mão de obra barata e de poupar custos com formação a qualificação, jogando no colo do Estado esse problema que seria de prover a capacitação de seus funcionários, Catini (2020p.4) resume bem essa posição dos empresários que enxergam no currículo do ensino médio uma solução instantânea para esse problema, para a autora: “há motivos para escarafunchar um pouco mais a proposta de transformar a educação controlada pelo empresariado num local de trabalho para a juventude da classe oposta.”

As intencionalidades e motivações por parte da implementação de uma série de conteúdos para praticamente toda a juventude pobre brasileira é de ser estranha e deve ser analisada em seus diversos aspectos, sendo o currículo um desses. É perceptível que ocorre uma apropriação da produção e vivência das juventudes que frequentam a escola pública com o intuito de com um discurso que se inicia como dialógico e democrático mas na prática vai privilegiar uma formação voltada às demandas dos grupos economicamente privilegiados e que não frequentam os espaços que são os principais alvos dessa reforma curricular, gerando mais um abismo entre os que frequentam escolas públicas e as escolas privadas, estas últimas que por pressão dos clientes acabam por não dispersar parte da carga teórica em prol de conteúdos práticos voltados a trabalhos imediatos.

Analisando sua apresentação no que se refere ao tópico 1.9 chamado de: Temas transversais e integradores do currículo, o documento busca contemplar: “temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica.” (2021, p.31), com uma proposta de abordar 12 temas integradores de modo transdisciplinar ao longo de sua grade de conteúdos, nesse tópico se nota um tema ligado ao trabalho com a seguinte descrição: Trazer o tema Trabalho, Ciência e Tecnologia (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010), nesse tema se destaca a importância da formação para o mundo do trabalho e suas diversas tecnologias, que se objetiva a ampliação da “capacidade produtiva e empreendedora” (2021. p 37), é notado que esta é a única aparição do termo empreendedor nos temas integradores.

Essa incidência será bem maior a partir dos eixos formativos onde de fato o currículo se constroi e ganha estrutura, o que é perceptível numa observação mais atenta deste documento é que nos tópicos iniciais que envolvem a apresentação, abordagem, conceitualização e seu processo de formação, o documento tem um uso maior das categorias da própria pedagogia e ligadas ao

debate democrático que compreende a educação como direito. A partir da apresentação dos itinerários e eixos estruturantes é notável a força e intromissão da categoria empreendedorismo como chave formativa para diversos conteúdos.

6.2 Quem é o sujeito e qual o contexto de sua formação?

O currículo demonstra a preocupação de caracterizar sua concepção de ensino médio e quem é o sujeito que integra esta etapa, em sua compreensão da atual conjuntura que envolve o mundo do trabalho, se caracteriza este como passando por mudanças e rápidas transformações e gerando incertezas sobre o futuro de vários segmentos sociais, é interessante que esta noção de incerteza e insegurança é posta como uma norteadora e situação chave para pensar o ensino médio, não ocorre de se criticar ou tirar a condição de incerteza da naturalidade e como um estruturante curricular que vai ser norteador das atitudes e processos que envolvem os sujeitos da aprendizagem.

Esta nova proposta curricular introduz a flexibilidade de conteúdos contra a rigidez da formação tradicional, onde tal proposta é colocada como forma de escuta e participação do estudante em seu processo formativo, um dos caminhos de implementação materializa-se através do programa projeto de vida que implementa componentes eletivos que buscam atender tais demandas e mudanças que esse mercado de trabalho contemporâneo tanto exige de seus egressos.

A flexibilização da grade curricular busca trazer mais que conhecimentos e habilidades, mas estilos de vida que misturam projetos de vida pessoais e profissionais em um contexto de incerteza que buscamos compreender como precarizados.

O sujeito que integra o ensino médio é caracterizado como:

imersos numa sociedade que vive a pressa e a agilidade da circulação de informações e das mudanças tecnológicas. É dentro dessa sociedade que a escola está inserida, tendo necessidade de fazer ajustes e se adaptar na busca de promover a aprendizagem para as juventudes de forma significativa. (2021)p. 48

De modo que a pressa e rápida necessidade de adaptação em busca de suprir as necessidades desse mundo globalizado, se torna a principal característica para justificar o suposto protagonismo juvenil dos estudantes, esta noção de protagonismo e autonomia são o que Catini

(2020) considera como capturas de um léxico que é historicamente utilizado pelos campos de esquerdas e críticos ao capital, tal uso tem um objetivo muito bem pensado.

Se tratando de usar pautas envoltas na emancipação política e econômica dos trabalhadores em prol de lhes conformar com essa realidade de um trabalho precário sem que a concepção de autonomia e protagonismo possam passar por uma noção verdadeiramente coletiva e que se baseie no comum, onde o sujeito deve conceber a autonomia no campo restrito das atitudes individuais sem a possibilidade de mudanças estruturais em seu meio. Não é à toa que neste tópico do currículo que a noção de empreendedorismo volta a nortear as escolhas e possibilidades dos educandos e temos a noção de direitos se tornando mais vaga e menos presentes.

Essa noção de um protagonismo juvenil não passa por uma concepção plena de autonomia política, concepção esta, que envolve a coletividade e a capacidade de mudanças conjunturais e nas estruturas sociais, a partir do momento em que classe empresarial se mantém intacta e tem sua voz sendo a mais forte no interior do processo formativo das classes trabalhadoras, não podemos ter a leitura desta situação como relativa a autonomia de um segmento social, pelo contrário é a tentativa de máscara novas formas de exploração e opressão que agora se utilizam da educação como ferramenta para terceirizar a comunidade escolar tal trabalho sujo como caracteriza Catini (2020).

O contexto de formação de um trabalhador voltado às rápidas transformações que ocorrem nesse mundo do trabalho, e suas necessidades tão urgentes, busca descaracterizar quem são de fato os estudantes em seus tempos próprios e singularidades. A busca por uma inserção em um regime produtivo baseado na incerteza e nas demandas de lucro acaba por impor ao currículo bases que podam outras possibilidades de processos educativos que se fundamentam em outras temporalidades e concepções de vida e socialização, que não envolvem a necessidade de produzir em meio a aceleração do capital. Se é vinculado tal paradigma como realidade social que embasa a reestruturação curricular, por consequência se afirma a realidade social dos precarizados e excluídos do trabalho e da educação formal como *ethos* a ser seguido e moldado nesse processo de formação humana.

Ao imputar a multifunção e o trabalho flexível adaptável a este modelo formativo, não se busca que o estudante tenha uma formação vinculada a uma identidade e função no trabalho, mas que ele consiga um maior número de habilidades que dependendo da situação e das oportunidades

que lhe surjam ele poderá utilizar. Sendo um faz tudo ao mesmo tempo que não se especializa em determinado campo de saber, ou consegue estabilidade em uma função.

6.3 O empreendedorismo como eixo estruturante nas trilhas formativas.

O currículo do ensino médio em Pernambuco se estrutura entre: uma formação geral básica (FGB) que está presente ao longo dos 3 anos dessa etapa, somando cerca 1.800 horas, sendo também constituído dos itinerários formativos (IF) que constituem cerca de 1.200 horas, assim totalizando 3.000 horas como carga horária total do ensino médio, ainda se aprofundando nas divisões feitas por série, temos a seguinte estrutura: 1º ano: 800 h para (FGB); 200 h para (IF) 2º ano: 600 h.(FGB); 400 h (IF); 3º ano 400 h (FGB); 600 h (IF).

Os itinerários formativos que totalizam 1.200 ao longo dos três anos do ensino médio são compostos por 4 eixos integradores: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo, no currículo temos a seguinte caracterização para esses eixos (2021, p.65):

(a) à investigação da realidade, valorizando e aplicando o conhecimento sistematizado por meio da realização de práticas e produções científicas; (b) à idealização e à realização de projetos criativos com base em soluções inovadoras para problemas identificados na sociedade; (c) à mediação e intervenção através de projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente; e (d) à realização de empreendimentos de projetos pessoais ou produtivos articulados aos seus projetos de vida.

É perceptível o espaço e destaque que o eixo empreendedorismo ganha nesta elaboração, ele fica com cerca de 25% dos conteúdos dos (IF) e está presente em todos os processos formativos relacionados ao trabalho e profissionalização, se tornando praticamente sinônimo destes dois termos e de certo modo uma via de acesso para o mundo do trabalho.

Os Itinerários Formativos se organizam em unidades curriculares de Projeto de Vida e as Trilhas de Aprofundamento onde ficam localizadas os 4 eixos estruturantes, com uma carga horária destinada aos itinerários formativos está dividida em: unidades obrigatórias, unidades

optativas, unidades curriculares eletivas, unidade curricular projeto de vida, estas trilhas formativas são definidas dentro do próprio documento como um conjunto de unidades curriculares.

Nesta parte se encontra o eixo estruturante “empreendedorismo” como uma presença constante em toda formação até de outros conteúdos que inicialmente não tratam desta noção de empreender no trabalho ou em atividades comerciais, demonstrando assim a organização desse currículo centrada nessa noção de um sujeito empreendedor como uma característica praticamente universal a todos os campos de saberes ou atividades que o ambiente escolar possa vir a preparar.

Nessa proposta de estruturação curricular não se restringe à noção de empreendedorismo restrita aos campos administrativos e econômicos, esse conceito se torna o novo universal que visa integrar todas as instâncias da vida do sujeito que não é apenas um empreendedor do negócio.

Vamos analisar alguns itinerários e suas respectivas trilhas de aprendizagem em busca de compreender como se dá a relação do empreendedorismo nesses processos formativos, na unidade curricular obrigatória de Diversidade e comunidade de 40 horas situada na trilha: Diversidade cultural e territórios, estabelece ligação com o eixo empreendedorismo que busca vincular a criação de projetos ou produtivos como resumido nestas habilidades (EMIFLGG12) e (EMIFCHSA12) (2020, p.480):

“Desenvolver projetos pessoais ou produtivos utilizando conhecimentos de natureza sócio-histórico-cultural para planejamento e realização de encontros culturais e/ou esportivos como forma de compartilhar e ampliar as suas experiências corporais, artísticas e sociais, formulando propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.”

Neste trecho é possível compreender claramente a dupla inovação em que o neoliberalismo opera como racionalidade que forma e organiza a sociedade como mercado concorrencial, em primeiro se utiliza dos recursos e aparato estatal público para promover sua ideologia e maneira de organizar a produção e reprodução do social, onde o sujeito deve utilizar de suas habilidades e conhecimentos disponíveis como de seus capitais, como o capital cultural e outros saberes e percepções sobre seu contexto sócio histórico para empreender projetos pessoais sem uma contrapartida de fato do Estado ou da iniciativa privada, deixando o sujeito como único responsável dos riscos.

A expansão do sujeito que é empresa de si deve acompanhar todos os níveis de sua vivência, desde sua subjetividade que é tocada no processo formativo e seu próprio corpo. A

seguinte habilidade (EMIFFTP11PE) presente unidade temática: Corpo e Diversidade inserida unidade temática: Culturas e identidades, revela este outro domínio da concorrência neoliberal sobre o ser e sua corporeidade e capacidade de expressão passam a ser ativos potenciais para empreender, como vemos a seguir:

Selecionar e mobilizar conhecimentos e recursos relacionados às práticas corporais, assim como suas implicações para saúde, corporeidade, autoconhecimento e individualidades podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais. (2020. p.483)

Um dos pontos que podemos ver como a noção de empreendedorismo busca ser norteadora de um todo envolvendo o sujeito, aparece na trilha: Direitos Humanos e Participação Social (p.431), a habilidade (EMIFCHSA11PE): presente na unidade curricular: Cartografia das Ações Solidárias, propoe pensar e planejar ações coletivas pelo projeto de vida do indivíduo, de modo que tais projetos se mostrem capazes de mudar e transformar os contextos sociais locais, a solidariedade e participação social se dão justamente através dessa instância do eu e seu projeto pessoal, sem que o norteador dessas possíveis transformações sociais possa ser o Estado de direitos, essa perspectiva de uma solidariedade atrelada ao trabalho de um indivíduo sem anteparo e perspectivas a longo prazo se assemelha ao que Catini (2020), Dardot e Laval (2016) compreendem como o uso do terceiro setor de ONGs e instituições privadas como um paleativo para problemas sociais que buscam que os próprios sujeitos que deveriam ser os segurados e ter seus direitos garantidos, agora devem produzir e serem merecedores de tais serviços, introjetar essa responsabilidade ainda em sua formação em sua juventude para que eles se vejam não como assegurados por um sistema de proteção social mas como merecedores desse sistema pelo seu esforço e merito individuais.

Na trilha: Juventude, Liberdade e Protagonismo, temos a habilidade (EMIFCHSA10PE), presente na unidade curricular: Estado, Cidadania e Consumo (p.437), que busca uma aproximação entre consumo e cidadania e um conjunto de reflexões que aproximem essa relação e a constitua de um ponto de vista de um direito cidadão.

De fato o consumo pode ser compreendido como direito e faz parte do acesso a bens e serviços e deve ser regido em busca de que o consumidor não seja lesado ou tenha prejuízos, para nossa análise o elemento que torna alvo de críticas é sua internalização como uma via de formação

para a cidadania, justamente ao estar inserido num eixo mais amplo que busca conceber a vida como um todo em empreendimento constante, nesse contexto abordado se busca colocar o consumo e cidadania, cliente e cidadão em uma zona cinzenta e mista, ter acesso ao lazer, transporte, educação, a bens materiais ou serviços acaba por se confundir neste entrelaçamento entre lógica de empresa e constituição de uma país, para Laval e Dardot (2016) pensar no neoliberalismo como racionalidade é justamente essa ampliação e aplicabilidade de uma lógica em específico, no caso a lógica empresarial para o todo.

Nessa estruturação curricular as escolhas e possibilidades por mais amplas e diversificadas que possam aparentar, passam por um eixo estruturante que se mostra como capaz de investir e influenciar qualquer espaço ou campo da vida humana, e ao ser curricularizado, ganha estruturação e maior capacidade de marcar e ser introjetado ao estudante que durante sua formação, que vai ter o empreendedorismo e sua noção de constante transformação de si e de sua vida em negócio ou possibilidade de lucro.

O que podemos tirar como diferencial nesse tipo de estrutura curricular que se orienta pela reforma do ensino médio é seu caráter que é ao mesmo tempo sugestivo mas onipresente em todo a grade de conteúdos, uma dupla função que não envolve um processo de disciplinarização como ocorria nas fábricas ou nos estudos de Foucault sobre a consolidação das sociedades voltadas aos regimes biopolíticos de administração das populações, nesse perspectiva de formar através da modulação de um sujeito, se cria uma formação básica mais que possa ser ampla o suficiente para que as características referentes aquela singularidade (conjunto específico de subjetividades) possam ser tidas como um universal e com capacidade de ser aplicadas e emuladas nas diversas instâncias e situações da vida do sujeito, seja no lazer, nas artes, em seu pensamentos, sua prática esportiva, suas práticas de cuidado, no espaço familiar e principalmente no seu trabalho.

É possível observar um processo de subjetivação presente na construção desse currículo, onde esse eixo estruturante se mostra projetado para abarcar as diversas dimensões da existência humana, assim qualquer possibilidade de formação e de se realizar seja no âmbito pessoal e profissional conta com a introdução do conceito de empreendedorismo como uma possibilidade de realização, de modo que a construção do sujeito empreendedor consegue ser modulada ao longo de toda uma formação, onde não se impõe essas características de modo autoritário mas se busca uma construção latente de que o empreendedorismo e a suas atitudes são a forma de se lidar com todo o conjunto de adversidades e situações que possam surgir.

A formação por modulação acaba por ser mais eficaz por não impor a noção disciplinar do corpo dócil de Foucault, este tipo de formação busca o controle das multiplicidades do sujeito, operando uma captura da maior quantidade de subjetividades em prol da racionalidade dominante, justamente ao pensar o corpo, a cultura, o trabalho, a produção, a cidadania como possíveis campos de investimento para o neoliberalismo temos o duplo paradigma de nosso tempo, tanto as subjetividades quanto os espaços e os sujeitos acabam por serem incorporados na zona da produção e da mercadoria do capital, não a toa, utilizamos Guattari e sua noção de subjetividade para compreender tal processo, o filósofo francês busca nas categorias marxistas para compreender essa transformação na esfera da produção e reprodução, ou melhor este imbricamento entre os dois, em que o sujeito e sua formação são produto e mercadoria, ao analisarmos esse currículo temos um instrumento ou dispositivo na concepção foucaultiana que busca formar um sujeito que entenda a insegurança como fator natural e necessário a sua trajetória, ou melhor, que seja incorporado em seu projeto de vida.

7.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso objetivo inicial buscamos compreender como as transformações relacionadas ao mundo do trabalho impactam e modificam as dinâmicas educacionais na escola, onde o surgimento do trabalho industrial e suas transformações para um modelo econômico voltado às finanças e a uma economia do conhecimento acabam por alterar qual tipo de sujeito é formado nas escolas. A categoria precarização é reveladora de um novo conjunto de relações de formação do sujeito neoliberal/empreendedor, que se estendem para além do ambiente escolar, sendo este espaço um vetor de formação para uma ordem de mercado que busca sujeitos que se identificam com esses valores e subjetividades voltada a uma noção de empreendedorismo em todos setores na vida humana.

A estruturação do currículo se mostra contraditória no sentido de buscar uma conciliação entre uma formação cidadão com participação coletiva em sua construção, e acaba por ceder na sua parte mais importante que são os itinerários formativos e o projeto de vida um espaço privilegiado ao eixo estruturante do empreendedorismo, que se revela como presente num amplo conjunto de habilidades e unidades curriculares, englobando o que podemos caracterizar como uma formação universal do ser humano. Esta proposta que transforma toda esfera da vida em uma

empresa mostra a tese central do que é o neoliberalismo contemporâneo, onde não basta produzir as relações econômicas, mas introjetar tal lógica em todos aspectos da sociedade.

Por fim, percebemos que a escola se torna um dos espaços que permitem que a juventude tenha uma formação precarizada e voltada às demandas de uma classe não passa por este processo educativo, ainda pontuamos que formar um sujeito empreendedor/neoliberal e altamente adaptável às incertezas que este modelo de trabalho oferece é um norteador do currículo e deve constar como elemento de um modo de profissionalização precarizado.

Compreendemos a necessidade de elencar críticas ao uso do espaço educativo público para fins que divergem de um processo formativo realmente comprometido com a emancipação e autonomia dos educandos, como da proposta da educação como um direito comum e acessível a todos segmentos da sociedade.

8.0 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ABREU, Luciano dos Santos; VALÉRIO, Raphael Guazzelli. As demandas do capital e a formação de novas subjetividades no neoliberalismo: o caso do ensino integral e do programa “Projeto de Vida” em Pernambuco, *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, RS, v. 28, e023008, 2023.

CAMARGO André Campos, *A Produção de Subjetividade Capitalista na Educação*. 2010.

CATINI Carolina, Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, São Paulo, n. 127, p. 53-68, out./dez., 2020.

CORRÊA FILHO Itamar de Oliveira e PAIXÃO Jairo Antônio da; Fundamentos epistemológicos da relação trabalho educação, *Trabalho & Educação* | v.32 | n.3 | p.61-79 | set-dez | 2023.

FOUCAULT Michel, *História da sexualidade I*,. Edições Graal, 1988.

FRIGOTTO Gaudêncio, Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação, *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015 .

GODOY, Arilda Schmidt, Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995.

GUATTARI Félix, Revolução molecular: pulsações políticas do desejo, ed. Brasiliense. 1981.

LAZZARATO Maurizio, Trabalho imaterial e subjetividade. trad. Mônica de Jesus, ed. DP& A editora, Rio de Janeiro, 2001.

LAVAL Christian, DARDOT Pierre, A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Ed, Boitempo, 2016.

MANACORDA Mario Alighiero, Marx e a formação do homem, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 6-15, abr, 2011.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999.

NEGRI Antonio e HARDT Michael, Multidão, Record, 2004.

NEGRI Antonio, Negri nos trópicos, coletânea de textos, n-1 edições. 2017. SAVIANNI Dermeval, Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34, 2007

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco Ensino Médio. Recife, 2021. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURRÍCULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO%20MÉDIO.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Glênio Oliveira da. A Pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitaivos. Rio de Janeiro, Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.